

COTAÇÕES/ONTEM		
Bovespa	+2,01%	70.011 pontos
Poupança (hoje)	antiga	0,5337%
Poupança (hoje)	nova	0,5337%
Dólar livre	R\$ 3,177/3,179	
Dólar turismo	R\$ 3,050/3,250	

Governo quer limite para sócios na Eletrobras

Plano de privatização da estatal tenta garantir pulverização do capital entre investidores, sem transferência de controle

Expectativa do governo federal é obter R\$ 13 bi com oferta de ações até o primeiro semestre do próximo ano

DE BRASÍLIA
DO RIO
DE SÃO PAULO

O governo federal estuda estabelecer limites à participação de novos acionistas da Eletrobras com a privatização da estatal, numa tentativa de incentivar a pulverização do capital da companhia em vez da simples transferência do controle para um novo dono.

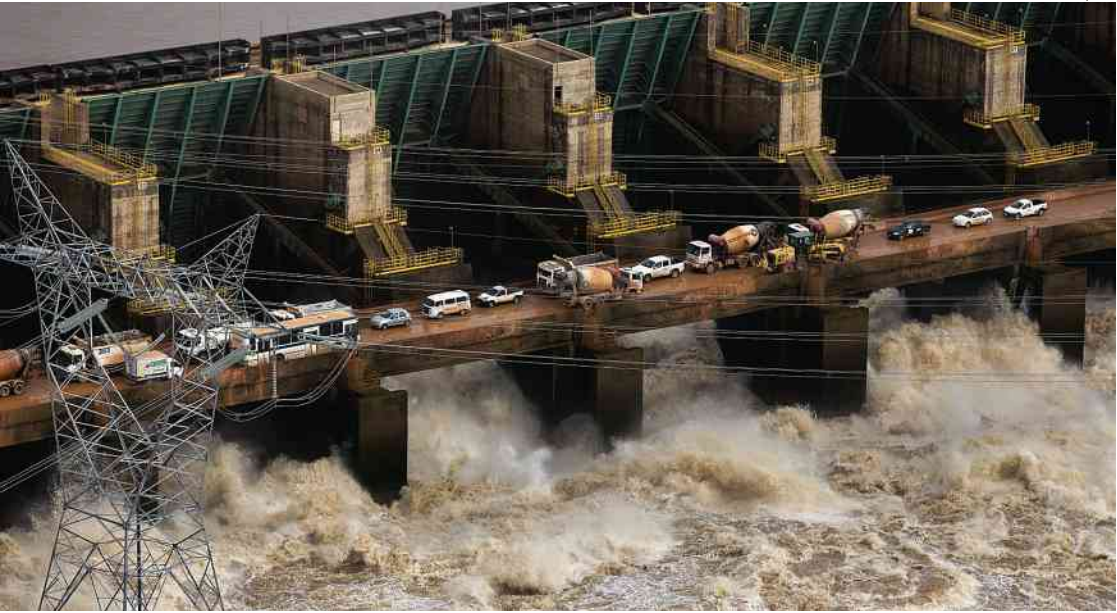
A expectativa do governo é concluir o processo de privatização da estatal até o primeiro semestre de 2018, para evitar limitações impostas pela legislação com a proximidade da campanha eleitoral.

Nesta terça-feira (22), integrantes da equipe econômica e do Ministério de Minas e Energia se reuniram para acertar detalhes do processo.

A proposta em análise prevê aumento do capital da empresa, com a atração de novos investidores por meio de uma oferta de ações na Bolsa e a diluição da fatia do governo, hoje com 41% das ações.

Estima-se que a oferta de ações poderá render cerca de R\$ 13 bilhões à Eletrobras.

Em paralelo, a União deve se desfazer de sua fatia na empresa até permanecer apenas com uma “golden share”,



Lalo de Almeida - 28.mai.2014/Folhapress

A usina hidrelétrica de Santo Antônio, construída no rio Madeira, em Rondônia, na qual a Eletrobras tem participação

ação que lhe daria direito de veto em decisões estratégicas.

Essa proposta ainda será submetida ao PPI (Programa de Parcerias em Investimentos) do governo e ao conselho de administração da estatal.

O BNDES, que tem 19% da companhia, não decidiu ainda o que fará com suas ações. O banco vem estudando se desfazer de participações acionárias para se capitalizar.

O modelo de pulverização é o preferido porque capitaliza a Eletrobras para o processo de revisão dos contratos

de 14 hidrelétricas que aderiram à renovação antecipada de concessões promovida pelo governo Dilma em 2013.

A proposta é que a empresa pague ao governo para poder vender energia dessas usinas no mercado livre, a preços mais altos do que os R\$ 35 por megawatt-hora vigentes desde a renovação.

O valor do pagamento é estimado em R\$ 27 bilhões, dinheiro que poderia ajudar a conter o rombo no Orçamento federal em 2018. Essa etapa do processo, porém, depende

da aprovação, pelo Congresso, do novo marco regulatório do setor elétrico, hoje em discussão com o mercado.

O ideal, segundo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, é realizar as duas operações em paralelo — a privatização da Eletrobras e a mudança no contrato de venda de energia das usinas que renovaram contratos em 2013.

Nesta terça, as ações da Eletrobras dispararam na Bolsa: as ordinárias, com direito a voto, subiram 49,30%, e as preferenciais, 32,08%.

“A experiência que o mercado tem é que privatizações melhoram a competitividade, a eficiência e agilidade de uma empresa”, disse André Rosenblito, diretor do Santander.

A ideia de pulverizar o capital foi elogiada pelas distribuidoras de energia. “Se não, sairia do monopólio estatal brasileiro para o monopólio estatal chinês”, disse Nelson Leite, presidente da Abradee (associação que reúne empresas do setor), em referência ao apetite chinês por ativos do setor elétrico nacional.

A privatização da Eletrobras dependerá da solução de entraves legais e contratuais, como os que envolvem a geração de energia nuclear e a hidrelétrica de Itaipu, que devem ficar fora do processo.

Como a exploração dos recursos nucleares é monopólio estatal, uma alternativa seria fazer a cisão da Eletronuclear, que ficaria com o governo. Já a inclusão de Itaipu na privatização dependeria de novo acordo com o Paraguai, que detém metade da usina.

PREÇOS

O ministro Coelho Filho disse que a privatização poderá reduzir os preços da energia, ao dar maior eficiência à Eletrobras. Grandes consumidores, porém, esperam alta de preços com a mudança dos contratos das 14 hidrelétricas.

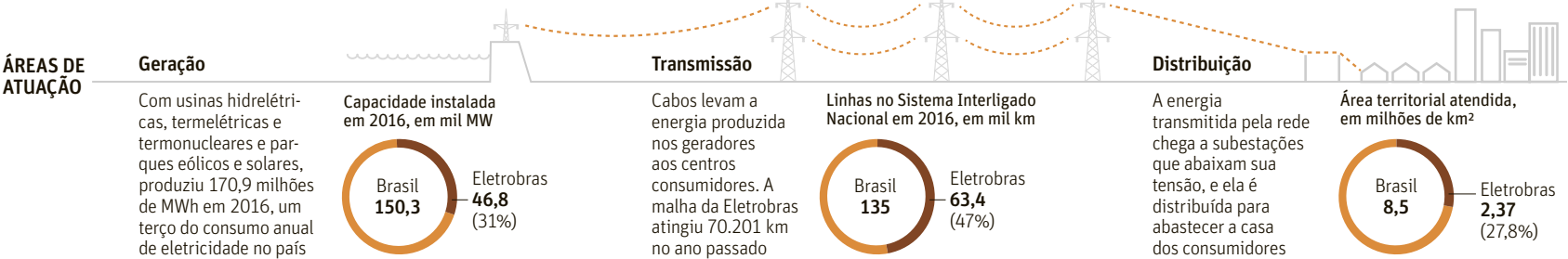
“Pode ser que, daqui a uns cinco ou dez anos, os custos voltem a diminuir, mas vai depender de muitos outros fatores, como regime hidrológico, expansão e carga”, diz Edvaldo Santana, presidente-executivo da Abrace (que representa os consumidores de energia de grande porte).

Embora preveja alta inicial de preços em 7%, o governo diz que parte dos R\$ 27 bilhões pagos pela Eletrobras será usada para reduzir encargos cobrados na conta de luz, compensando o aumento. (JULIO WIZIACK, NICOLA PAMPLONA E JOANA CUNHA)

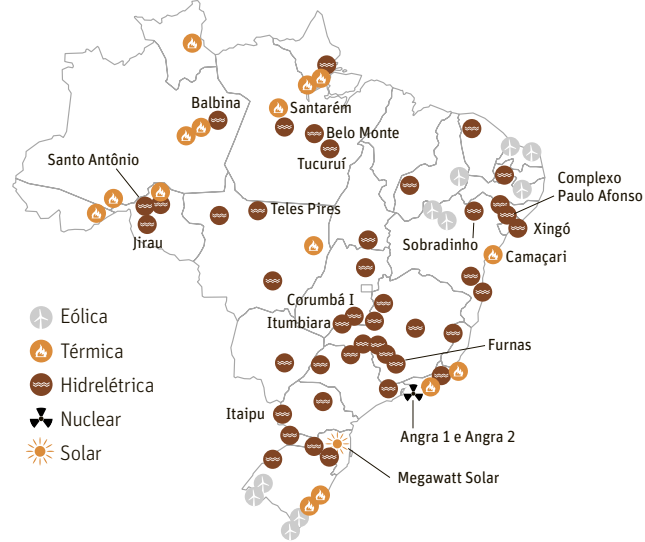
» LEIA MAIS nas pág. A15 e A16

O TAMANHO DA ELETROBRAS

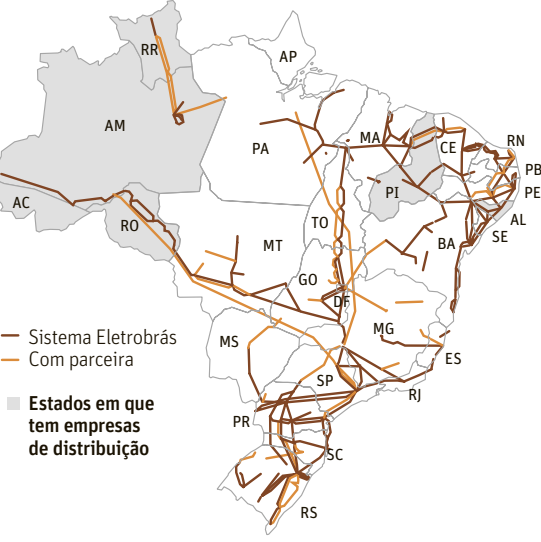
Empresa atua em todas as etapas de geração e transmissão da energia elétrica no Brasil



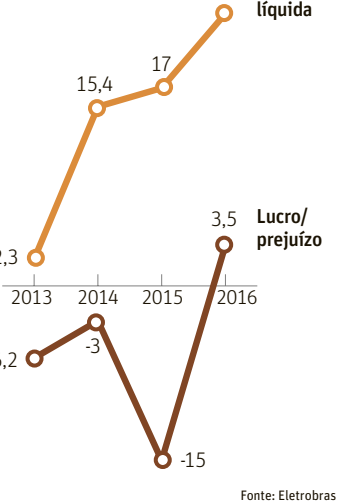
USINAS E PARQUES EM OPERAÇÃO EM 2016



PRINCIPAIS LINHAS DE TRANSMISSÃO



AS CONTAS DA EMPRESA



Administrar insatisfações do PMDB é barreira para vender empresa até 2018

MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

O governo Michel Temer já detectou focos de resistência à proposta de privatização da Eletrobras entre aliados que detêm cargos no setor elétrico e admite que o processo de venda deve ser finalizado somente no ano que vem.

As projeções mais otimistas do Palácio do Planalto apontam o início de 2018 como prazo máximo para a con-

clusão da venda da empresa, mas há, entre auxiliares do presidente, quem aposte que isso só vá ocorrer no fim do primeiro semestre.

Até lá, os assessores de Temer acreditam ter tempo para administrar as insatisfações de políticos do PMDB que indicaram nomes para cargos da área, como o ex-presidente José Sarney (AP), o senador Edison Lobão (MA) e o ex-deputado Eduardo Cunha (RJ), preso desde o ano

passado em Curitiba.

Ex-ministro de Minas e Energia, Lobão acredita que a proposta de privatização será aprovada pelo Congresso, mas apresenta resistência. “Tenho a impressão de que o resultado prático não será ruim, mas eu ainda tenho uma certa dúvida se ela deve ser privatizada ou não”, afirma.

O discurso inicial do Planalto é que a notícia sobre a privatização da Eletrobras provocou boa reação no mer-

cado, o que deve servir de pressão para que parlamentares aprove as mudanças do setor elétrico.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), disse que, após o processo de venda, “não vai haver mais cargo público” na estatal e que os aliados do governo que possuem apadrinhados no setor “precisam entender que o país vive outro momento”.

Desde o ano passado, o presidente da Eletrobras, Wil-

son Ferreira Júnior, tem analisado propostas para “desinchar” a empresa e tirá-la de uma crise iniciada em 2012.

Ele chegou a anunciar um programa de reestruturação que previa a demissão de 50% dos funcionários, mas só há duas semanas o martelo da privatização foi batido, com aval de Temer.

Participaram da reunião em que surgiu a ideia da privatização integrantes das equipes econômica e política

de Temer. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, foi contra. Para ele, a operação seria complicada pelas resistências políticas.

Porém, integrantes da equipe política consideraram que essa seria uma agenda positiva no momento em que o governo está enfraquecido e enfrentando resistência no Congresso para reformas e medidas que podem gerar receitas.

Colaborou JULIO WIZIACK, de Brasília